

MAFAGAFOS E MAFAGAFINHOS

Identificar, propor e ousar um Ensino Religioso e uma Pastoral Escolar

Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo JUNQUEIRA¹

Resumo

A história do ensino religioso antecede as discussões brasileiras e este componente curricular é o resultado de longas disputas na política educacional internacional. Desde a sua origem foi, na realidade, um instrumento para interferir na formação de idéias da população. Discutir o ensino religioso ainda é algo estranho, pois permanecem os que insistem em considerá-lo como um processo para educar na religião. Os debates no campo pedagógico permanecem na forma, no máximo na definição de conteúdos, mas os princípios são os mesmos do século XVIII. Da mesma forma, a pastoral escolar é um questionamento ainda muito recente, pois está intimamente relacionado com aspectos conceituais como: escola – educação – religião.

Palavras chave: Capacitação docente – Ensino Religioso – Educação – Pastoral Escolar.

Resumen

La historia de la enseñanza religiosa precede a las discusiones Brasileñas y este componente curricular es el resultado de largas discusiones a nivel de política educacional internacional. En realidad, desde su origen fue un instrumento para influenciar la formación de ideas del pueblo. Discutir sobre la enseñanza religiosa todavía resulta algo extraño pues existen aquellas personas que insisten en considerarla como un proceso para educar en la religión. Los debates en el campo pedagógico permanecen en cuanto a la forma y, a lo más, en la definición de contenidos, pero los principios son los mismos que que regían en el siglo XVIII. Igualmente, la pastoral escolar es una cuestión todavía muy reciente pues está íntimamente relacionada con aspectos conceptuales como la escuela, la educación, la religión.

Palabras clave: capacitación docente - enseñanza religiosa – educación - pastoral escolar.

* Doutor em Ciências da Educação Professor / Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR. Email srjunq@uol.com.br.

1. Para início de conversa

Existem perguntas tão simples que abalam estruturas, tais como: por que a pessoa não deve ser ruim para as outras, enganá-las, roubá-las, matá-las; se isto for de alguma vantagem e se, em alguns casos, não se precisa temer de ser descoberto, ou sofrer algum castigo? Ou ainda, por que o político deve resistir à corrupção se ele pode estar certo de que os que querem suborná-lo jamais falarão sobre isso? Ou ainda, por que um empresário, ou instituição, deve limitar seus lucros se a ganância, se os discursos do “enriquecer” são proferidos publicamente sem quaisquer temores morais?

Nas diferentes tradições esta temática é considerada tão séria que pequenos contos, poemas e outras formas de expressão foram criadas para favorecer a reflexão sobre eles. Por exemplo, um antigo conto da tradição Zen nos fala de uma monja que estava em busca da iluminação. Assim, esculpiu uma estátua do Buda e recobriu-a com folhas douradas. Aonde quer que fosse, levava seu pequenino Buda dourado. Entretanto, passaram-se alguns anos e, com o seu Buda, a monja foi morar num pequeno templo, onde havia muitos Budas, cada um com seu relicário particular. Certo dia, ela desejou queimar incenso diante do seu Buda dourado. Desagradou-lhe, porém, a idéia de que o perfume chegasse até as demais estatuetas. Por isso, fez um funil por meio do qual a fumaça ascenderia somente até o seu Buda. Mas isso apenas fez com que o nariz do Buda dourado enegrecesse, tornando-o bastante feio.

Da tradição *Sufi*¹ pertencente ao mundo islâmico, trago dois outros pequenos contos: o primeiro é o de uma criança piedosa, fervorosa em suas orações e com grande piedade. Certa noite, estava em vigília com seu pai, que estava com o santo Corão no colo. A certa altura, aqueles que os acompanhavam cochilaram e logo dormiram profundamente. Então, a criança disse ao pai: — Nenhum desses dorminhocos abre os olhos ou ergue a cabeça para recitar as orações. Parece que estão todos mortos.

Mas seu pai respondeu: — Meu querido filho, eu preferia que você também estivesse dormindo com eles em vez de estar aqui os maldizendo.

O segundo conto é do lendário Nasrudin, um mestre sufi que certo dia comentou com o rei: — Essas leis não tornam melhores as pessoas. Elas devem praticar certas coisas de forma a sintonizarem-se com a verdade interior, que se assemelha apenas ligeiramente à verdade aparente.

O rei decidiu que poderia fazer com que as pessoas observassem a verdade – e o faria. Ele poderia fazê-las praticar a autenticidade. O acesso à sua cidade era feito por uma ponte, sobre a qual o rei ordenou que fosse construída uma forca. Os capitães da guarda estavam postados à frente de um pelotão para inspecionar todos aqueles que por ali passassem. O rei proclamou um edito: ‘Todos serão interrogados. Aquele que falar a verdade, terá seu ingresso permitido. Se mentir, será enforcado’.

Nasrudin deu um passo à frente: — Aonde vai? Perguntou o guarda.

– Estou a caminho da força — respondeu Nasrudin calmamente.

– Não acreditamos em você!

– Então, se estiver mentindo, enforcuem-me!

– Mas se o enforcarmos por mentir, faremos com que aquilo que disse seja verdade!

– Isso mesmo, agora sabem o que é a verdade — a sua verdade!

Acreditar em algo é um desafio que o ser humano está, cada vez mais, em busca, talvez pelo receio do contexto, onde aparentemente os princípios que eram claros, certos e incontestáveis tornaram-se ambíguos, questionados. Anteriormente, as instituições como família, Estado, instituição religiosa eram consideradas parâmetros, mas hoje, são olhadas com desconfiança. Até porque, talvez, não souberam utilizar a confiança das comunidades.

Um aspecto promotor deste processo talvez tenha sido a busca da posse, da exclusão dos que pensavam ou pensam diferentemente; a necessidade de uma homogeneidade produziu situações de conflito, de ausência do diálogo. A conquista de espaço e tempo promoveram sentimentos que alteraram regras, costumes de nossa comunidade internacional.

Assim como a criança que de forma aparentemente ingênua questionou a postura dos companheiros do pai, foi questionado pelo seu genitor, a fim de que este percebesse o que de fato eles estavam fazendo naquele local. Fins e meios são resignificados continuamente, pois não bastam as intenções, ou ações realizadas de forma repetitiva, urge ter intencionalidade e intensidade no que realizamos e como o fazemos.

O significado e o valor do que chamamos de verdade esta responsável pela qualidade de nosso cotidiano, está implicitamente em nossos afazeres, nosso discurso, nossas prioridades, nossa relação.

O cotidiano é simples, complexo e, muitas vezes, profundamente desafiador, isto porque no percurso de nossos passos podemos favorecer ou não a construção de relações e ou desavenças, até mesmo sem o desejar. Na concepção do oriente, o bem e o mal estão em cada um de nós, não somos ora bons, ora ruins, somos apenas.

Somos apenas seres humanos que se encontram, que no primeiro olhar encontram o “não”, o brilho do olhar, da descoberta, o medo do desconhecido, assim como, a vontade de ser aceito.

Pois a busca do entendimento, a dúvida própria do momento em que se vive, o cansaço de tantos olhares, o risco do olhar de cima, ou o perigo do olhar submisso leva-nos, a saber, ver além, e deixar-se ver. Sim, pois é difícil ver-se em primeiro lugar, ou de ser um cego conduzindo outros, e não se saber UM com seus educadores, tendo a certeza do desafio da reciprocidade, o mistério da verdadeira comunicação e o fantástico da sensibilidade de estar *com* e não ter posse *de*...

O cotidiano da educação é a tradução e percepção da compreensão de teorias da aprendizagem implícitas às ações utilizadas. Para realizar uma mudança educacional não basta uma nova roupagem, camuflando antigas teorias, colocando novas tecnologias na sala de aula.

Diante destes pequenos contos, é que apresento a discussão sobre o Ensino Religioso e a Pastoral Escolar; em uma primeira perspectiva lembra um antigo trava-língua; menciona *um ninho de mafagafos tem cinco mafagafinhos, quem amafagafar os cinco mafagafinhos é um bom amafagafinhador...*

Mas o que é um mafagafo? O que significa mafagafar? Quando as Instituições propõem a formação de professores de Ensino Religioso e a dos Pastoralistas para as escolas, deparamo-nos com pequenos e grandes mafagafos. Estranha comparação?! Não, quando perguntamos o que é compreendido por estas áreas. As respostas são as mais variadas, promovendo currículos diferentes e muitas vezes com resultados frustrantes.

A questão religiosa está profundamente relacionada com aspectos culturais, e o processo pedagógico proposto pelas Tradições Religiosas encontra-se intimamente ligado aos conceitos que se deseja orientar aos seus participantes. Deseja-se reforçar aspectos nos iniciados ou nos que estão em processo de iniciação para serem explicitados no cotidiano.

Em nosso mundo globalizado, deparamo-nos diante de diferentes propostas religiosas, com solicitações de todos os tipos. Ao apoiar, propor que o aspecto religioso esteja dentro do espaço escolar, não é para apenas ilustrar ou realizar um processo de conversão, mas de compreensão desta imensa sociedade organizada e ao mesmo tempo desafiada a conviver com o diferente.

Quando enfrentamos situações em que trocamos o modelo de sapato, a cor da fachada da casa ou instalamos um novo eletrodoméstico. Estas “transformações” ocorrem em nome da velocidade dos novos tempos, mas as pessoas encontram-se perdidas e exigem que as instituições, sobretudo as relacionadas com a educação, estejam buscando as novidades, para que as gerações possam aprender e superar a história que está sendo construída.

As pesquisas passaram a ser socializadas e ampliadas com maior facilidade em regiões diferentes do planeta. Portanto, a natureza é humanizada, obrigando o ser humano a transformar; a produção e uso das riquezas estão interferindo nas relações homem-natureza-homem.

Impressiona, entretanto, perceber que poucos se ocupam em discutir, além da forma, o conteúdo deste processo de alteração. Por exemplo, assistimos durante muitos anos no espaço da escola a passagem de informações fragmentadas e de forma linear, como se a vida estivesse parada, fechada no tempo e espaço, em que a transmissão do conteúdo assumia uma relevância, e em que a criatividade e a reflexão era um problema. Além do último *software* a ser adquirido, é necessário compreendê-lo e verificar a sua real contribuição no desenvolvimento, em termos de ensino-aprendizagem.

Com certeza, na história deste planeta, nunca tanta informação foi produzida e, quase simultaneamente, socializada. Algo realmente transformase em conhecimento, que alimenta ou destrói ironicamente a comunidade internacional como um todo.

2. Ao longo da história

O Ensino Religioso e a Pastoral Escolar não possuem a origem no Brasil, mas sofremos influências na elaboração de suas propostas e progressivamente tornam-se produtos nacionais, tornam-se interessantes, e ao menos curioso compreender a passagem do ensino da religião e suas conseqüências para atual proposta de um componente curricular e uma ação religiosa coerente com o espaço escolar, resultante de tantas alterações na percepção do que é educar.

Tratando do mundo ocidental romanizado ao longo de sua história educacional, a presença das questões religiosas é uma constante. Percorrendo as diversas fases dessa organização, na educação na era cristã, no continente europeu, é de significativa importância o papel da instituição da Igreja Católica, como responsável pela influência no processo de formação cultural dos diversos países desse continente, com advento da organização da vida religiosa, que assume um papel preponderante na educação dos povos.

Em conseqüência da maior articulação dos Estados, em vista de expressar suas identidades, valorizando o direito da pluralidade cultural, o sistema escolar foi sendo estruturado de forma mais independente, de tal forma que a Igreja passou a ter menor ou nenhuma influência, sobretudo na escola estatal, sobretudo porque os diversos segmentos culturais tiveram suas instituições escolares regularizadas, gozando de uma certa independência de operacionalizar suas propostas, assim como, a própria Igreja Católica. O novo referencial é que o Estado assume que a educação é uma questão política.

A história revela que não há neutralidade em educação, porque essa implica paradigmas que orientam a vida dos indivíduos, da sociedade, pois existe uma proposta de valores que a perpassa. A educação supõe processo de humanização e personalização, aquisição de meios para atuação no contexto social. Progressivamente, à medida que a religião na escola passa a ser considerada como elemento integrador, percebe-se que seu objetivo é muito maior que iniciar um indivíduo a uma determinada religião, sobretudo com o lento distanciamento sobre a quem cabe orientar a escola, a disciplina inicialmente considerada como aulas de Religião ou Catequese na escola, para uma Catequese escolar, lentamente alterando o próprio nome ao que hoje denominamos no Brasil de Ensino Religioso.

Para tal, considero como início embrionário de todo este processo iniciado no Império Austro-Húngaro sob o reinado de Maria Teresa e seus sucessores, meados do século XVIII. Em vista de compreender esta indicação, é necessário retornar na história, quando, na Alemanha, as escolas, surgidas por inspiração da Reforma, tendiam a buscar a universalização do ensino elementar, tendo em vista a divulgação religiosa, já no século XVII existia essa tendência, que se contrapõe, portanto, ao ensino elitista dos jesuítas, predominantemente centrado no nível secundário.

Em 1619, o ducado de Teimar regulamenta a obrigatoriedade escolar para todas as crianças de 6 a 12 anos. Em 1642, o Duque de Gotha legisla não só a respeito da educação primária obrigatória, como também quanto aos níveis, horas de trabalho, exames regulares e inspeção, e a seguir, em outras localidades, surgem preocupações desse tipo, inclusive quanto à formação dos mestres.

Embora a Guerra dos Trinta anos dificultasse a efetiva realização de tais projetos, são os alemães que conseguem na Europa os melhores resultados no que se refere à educação pública. Na França, ainda dentro do ideal da escola pública e gratuita, podemos destacar o trabalho do abade Charles Démiá (1636-1689) que, em 1666, publica um livro defendendo a necessidade da educação popular. Sob sua influência e direção foram fundadas diversas escolas gratuitas para crianças pobres e, inclusive, um seminário para formação de mestres. Mas, na opinião do pedagogo francês Compayré, essas escolas visavam a instrução religiosa, disciplinar e trabalhos manuais, de tal modo que “as escolas vinham a ser agências de informação ou lugares de mercado em que as pessoas abandonadas pudessem ir buscar servidores domésticos ou empregados comerciais ou industriais”. Ora, isso ocorre justamente na cidade francesa de Lyon, importante centro fabril e mercantil (necessitada, pois, de mão-de-obra com certa instrução) e palco de freqüentes revoltas operárias.

Ainda na França, outra tentativa de instrumento elementar é levada a efeito por João Batista de La Salle, que em 1684 funda o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs. Sua obra espalha-se nos séculos seguintes, ampliando a área de ação pedagógica, privilegia o francês em detrimento ao latim e prefere lições práticas para os alunos, divididos em classes e separados por níveis de dificuldades.

No século XVIII, diante do pensamento Iluminista, uma nova mentalidade, em que é colocada em relevo à liberdade individual e combate o prejuízo da reforma e do fanatismo religioso, temos também o desenvolvimento das ciências experimentais com Bacon, Galileu e Newton, no empirismo com Locke e nos seis escritos sobre tolerância; no racionalismo cartesiano. Na França, a expressão mais caracterizada é a publicação da Enciclopédia (1751-1780), iniciada com D’Alembert e conduzida ao final por Diderot, obra destinada a recolher e divulgar o saber do tempo. O movimento iluminista não é

obra de uma classe social determinada, participaram aristocratas, eclesiásticos e também pessoas pertencentes à vida mais modesta.

Alguns monarcas diante desta nova postura perceberam que para o avanço de seus reinos, era necessário alterar sua postura de condução de seus súditos, era necessário investir neles, para um maior poder, em todos os níveis. Era necessário pesquisar novos progressos que permitissem uma certa felicidade ao povo, a instrução foi o caminho escolhido.

Nestes tempos de mudança, a consciência do senso de nação vinha sendo maturada, em torno da importância da educação, exigindo um sistema educacional nacional e da criação de uma escola pública aberta, a todos.

Grandes transformações no século XVIII; a burguesia ocupava, até então, posição secundária na estrutura da sociedade aristocrática, cujos privilegiados são a nobreza e o clero. Enriquecidos, os burgueses, pela Revolução Comercial, tendo ascendido pela aliança com a realeza absolutista, já presente na política mercantilista, cada vez mais bloqueada na sua iniciativa. Em 1750, com a introdução da máquina a vapor, inicia a Revolução Industrial, alterando definitivamente o panorama socioeconômico com a mecanização da indústria.

Este século (XVIII) é conhecido como Século das Luzes, do iluminismo e da Ilustração, significando o poder da razão humana de interpretar e reorganizar o mundo. Esse otimismo com resposta à razão vinha sendo prenunciado desde o Renascimento, na medida em que o ser humano novo procurava valorizar os próprios poderes, lutando contra o teocentrismo medieval e contra o princípio da autoridade. Tais poderes são intensificados no século XVII pelo racionalismo e pela revolução científica, de modo que o século das Luzes vê surgir um ser humano confiante, artífice do futuro, que não mais conta em contemplar a harmonia da natureza, mas quer conhecê-la e dominá-la. É uma natureza desmoralizada, desvinculada da religião, que reaparece em todos os campos de discussão do ser humano no século XVIII.

No que se refere à educação, existe uma característica de um conteúdo literário e nada científico, as escolas são insuficientes e os mestres mal formados. Na Alemanha, sobretudo na Prússia, onde o governo reconhece a necessidade de investimento em educação, a rede de escolas elementares, tornadas obrigatórias, é ampliada, há preocupação com o método e o conteúdo de ensino. Cabe ao Estado o controle da educação, a nomeação de inspetores e a investigação de um exame final de cursos.

A escola no século XVIII é vista como elemento essencial no crescimento da população e, portanto, da coroa. Na monarquia do Absburgos, nasce uma escola confessional, popular, junto com a sensibilidade das exigências civis, políticas e religiosas, organiza um sistema educacional. O que na realidade assistimos são novos tempos do chamado Iluminismo, que se preocupa com uma cultura racional, com aspectos da ciência, combate um pessimismo Jansenista. Percebe-se que a sociedade europeia anseia por um novo ser hu-

mano, expresso, por exemplo, em Emílio de Rousseau. Assistimos progressivamente a uma mudança na visão sobre educação, um novo impulso, com Kant e depois com Herbart, a pedagogia toma contornos de ciência, prática e teoria, arte e o saber, tendo como fundo o serviço primário de promover a moralidade e a felicidade do povo.

Ao longo de seiscentos, a escola racionaliza, laiciza, institucionaliza sempre mais o papel central na vida do Estado, outro que da sociedade civil, interferência política e ideológica - Escola-sociedade.

A religião, ensinada como forma de educar a humildade, generosidade, paciência, equilíbrio, piedade... Na organização da escola infantil, a família solicita a presença de elementos religiosos, por fazer bem as crianças, religião como filosofia.

Simultâneo à formação desse honesto cidadão, propunha-se a formação do bom cristão, fiel a Deus e ao imperador. O instrumento básico para essa área da educação era o catecismo, por meio do qual realizava a instrução religiosa, assim como, também contribuía como cartilha de alfabetização.

A área religiosa passa a ser concebida e estruturada como uma disciplina ao lado da leitura, e escrita e elementos básicos da matemática. Alguns historiadores consideram essa iniciativa da Imperatriz Maria Teresa como o nascimento do Ensino Religioso. É importante recordar que essa regente foi responsável pela criação também da Catequética, em vista da formação do clero. Dentro desse sistema, os sacerdotes deveriam instruir o povo, na perspectiva do cidadão e do cristão, esses inclusive proporcionavam iniciação de agrimensura, em vista do trabalho agropastoril.

Nesse processo de organização da escola no Império Austro-húngaro, a Igreja participa e colabora, mas quanto ao Estado, não realiza tal iniciativa simplesmente pelo povo, mas o princípio de tornar a escola um instrumento explicitamente de orientação do povo. Para ele, a instrução é o círculo de idéias que se vão construindo na consciência do educando, graças ao fato da percepção. De acordo com o mecanismo da psique, tais representações são modificáveis e determina, definitivamente, o comportamento e ação do ser humano. Mas a conduta e ação humana são as mais evidentes manifestações do caráter. Portanto, a instrução tem um fim educativo: a verdadeira instrução é instrução educativa. Ou seja, a instrução no mero sentido da informação não contém garantia alguma para fazer frente aos defeitos e à influência dos grupos existentes de idéias, que são independentes da informação recebida. Mas a educação deve apossar-se destas idéias, visto que a classe e o grau de ajuda que a instrução pode proporcionar ao comportamento depende do domínio que têm sobre elas.

Assim só é educativa a instrução que modifica os grupos de idéias que o espírito possui, impulsionando este a formar uma nova unidade de representação ou uma série harmônica de unidades, que, por sua vez, deter-

minam o comportamento. Esta instrução educativa, que deforma a vontade ou o querer e modela o caráter, é a verdadeira tarefa da escola.

A religião é um dos elementos para ajudar na unidade destes impérios e da nova proposta. A Catequese está relacionada à alfabetização do povo, por meio dos catecismos e da história bíblica.

O rei Frederico, o Grande, em 1794, sofreu oposição do clero e do povo, mais promulgou uma lei dizendo que todas as escolas públicas e instituições educativas foram declaradas como sendo instituições do Estado. Todas as escolas, particulares ou não, deveriam estar sob o controle e fiscalização do Estado. Todos os professores de ginásio e escolas superiores foram considerados funcionários do Estado, a este cabendo a nomeação de tais professores. Nenhuma pessoa poderia ser excluída da escola pública por crença religiosa nem podia obrigar uma criança a receber instrução religiosa contrária à fé em que fora criada.

Como exemplo, a reforma escolar austríaca de 1774, em maio deste ano, chegava a Viena Johann Ignaz Von Felbiger (1724-1788), que encontra um clima favorável à reforma de toda a instituição escolar da Universidade (iniciada em 1753 por Von Swieten) à escola popular.

O abade João Felbiger foi chamado pela rainha, e sob sua influência a educação na Áustria tomou novo rumo. Foi precisamente este pedagogo que ensaiou, com a melhor sorte, interessantes idéias educativas. Agrupou os alunos por classes, além disso, pôs em prática, de maneira definitiva e conseqüente, o processo de ensino simultâneo ou coletivo e coral (“As crianças devem ouvir, ao mesmo tempo, toda a classe de explicações, em vez de ministrá-las a cada uma delas sucessivamente. Estas por sua parte devem ler, dizer ou repetir algo, que poderão fazê-lo com o mesmo tom e no mesmo momento”). Fez reiterado uso de recurso minemotécnicos, recomendou o uso de tabelas e gráficos, com o propósito de ordenar os objetos estudados, e as retiradas perguntas para certificar-se de que os alunos entenderam, a contento, os ensinamentos - catequização.

A imperatriz Maria Teresa criou uma Comissão da Corte para os Estados, equivalente ao Ministério da Instrução, que ressaltava que a instrução é e sempre foi, em cada época, um fato político. Antes de sua gestão, a escola fora quase que totalmente um fato privado e eclesiástico, embora controlado pelo poder Estatal.

É de 1769 um enérgico promemoria de Leopold Ernst Firmian Bispo de Passau sobre a utilidade de uma boa escola pelo estado. Um plano do ministério do Ministro de Esto Pergen de 1770 propunha um sistema de educação com base nas Ordens religiosas. Uma nova comissão extraordinária para um novo plano de reforma data de 1773, com objetivo de uma futura orientação escolar. Pleiteando uma instrução universal guiada aos vários estados para a formação de um bom cristão católico e um súdito fiel; a escolha e formação de professores competentes; a organização de estudos uniforme, completa, eficiente e estável à preparação de textos adequados.

Cresce o interesse do Estado para Instrução popular, para Maria Teresa, a escola é um ato político. Em 1774, com uma orientação para todo o Império Austríaco, determina que toda vila ou cidade deveria ter sua escola menor, com duração, um ou dois anos, onde ensinaria: contar, ler, escrever e religião. E outros tipos de escolas, inclusive Normal, para formação de professores, surgem ao longo desta região.

Quanto ao fim de toda esta reestruturação e extensão da instrução de base a tudo está a base significativa de combater a ignorância não só religiosa e funcional, a ler e a escrever e não somente mais o catecismo, mal habilitar tecnicamente os alunos, a iluminar a mente, render-se um cidadão hábil, consciente e útil. Passa ser função do Mestre/escola formar um ser humano capaz, útil membro do Estado, ser humano razoável, honesto cristão, isto é, participante da felicidade temporal e eterna.

Assistimos progressivamente a uma pedagogização da sociedade, que com o nascimento do estado moderno e da sociedade burguesa articula-se de fato a instituição escolar e um projeto social em torno de uma preocupação com a cultura, com as ciências. A sociedade investe em um projeto educativo sempre mais articulado e complexo, para formar um ser humano-cidadão, e a Igreja preocupa-se em explicitar o cristão.

Cada vez mais existe a explicitação da necessidade de escolas que tomam atenção dos governantes, a fim de coordenar, por meio desta instituição, ordem social. Ao lado da escola está a família, vista como instituição educacional primária e natural, mas que deve agir para o bem da sociedade segundo um modelo mais racional, mais uniforme e mais construtivo.

3. A história prossegue

A UNESCO, em 1982, no México, promoveu um encontro internacional sobre a política cultural, a partir do qual procuraram estabelecer um significado para cultura, ou seja, esta em um sentido mais amplo passou a ser considerada como um conjunto de traços distintos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Compreendendo, arte e letra, modo de vida, os direitos fundamentais do homem, os sistemas de valores, as tradições e a crença. A cultura dá ao homem a capacidade de reflexão sobre si mesmo. Esta faz dos seres especificamente humanos, racional, crítico e eticamente empenhado.

A cultura interfere na cosmovisão do cidadão, que por sua vez contribui no processo de relação com o espaço, com os outros e no estabelecimento das experiências, na escolha do estabelecimento da memória das comunidades, sendo a educação uma das estratégias na formação das novas gerações.

Diversidade cultural é uma das riquezas nas nações, por menor que

seja a representação de um grupo, ele contribui no estabelecer de novos horizontes e manter viva a possibilidade de interações diferenciadas, expressas em costumes, símbolos, construções e tantas outras formas.

Na realidade, é a cultura que nos faz propriamente humanos, desde a origem o “homo sapiens” é a cultura, revelando os traços de uma coletividade, a sua mentalidade, o seu estilo de vida, o seu modo próprio de humanizar um dado ambiente.

Entre os sinais culturais está a religião, com suas manifestações, seu ethos, teologia, ritos e re-significados dados ao espaço e ao tempo. Resultado de longas experiências, que amadurecidas são responsáveis na formação da identidade dos diferentes grupos sociais. Portanto, compreende que a religião corresponde a um conjunto de formulações e de comportamentos que se referem a uma forma de conceber a realidade, como objetiva e ao mesmo tempo transcendentemente, que confronta o indivíduo e o coletivo, gerando uma relação de intimidade, participação, que por sua vez influencia os diversos setores da comunidade.

A questão não é reduzir a religião a um fato cultural, mas perceber a relação existente, as interferências, a relação com os paradigmas oriundos destas expressões. Esta é a proposta do Ensino Religioso: favorecer o estudante a compreender as diferentes manifestações que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam o processo histórico da humanidade.

Esta estrutura do Ensino Religioso não nega que os indivíduos tenham o direito de professar uma fé, ao contrário, apenas é possível o estudo do fenômeno religioso, porque existem diferentes tradições religiosas.

Um significativo exemplo é a França, que experimentou após a Revolução Francesa o chamado laicismo, onde, sobretudo a escola, assumiu uma neutralidade religiosa, mas ao final da década de oitenta e ao longo dos anos noventa, percebeu que esta ignorância religiosa, criada ao longo de mais de duzentos anos, pôs em risco o patrimônio artístico, filosófico, literário desta nação. A negação do religioso desafiou o caráter cultural existente, cancelou-se o fato religioso, que por sua vez é mais amplo que a religião.

Outro aspecto percebido é que o caráter neutro e imparcial da escola pública, onde o cristianismo foi banido, afronta à questão do crescimento da influência de outras tradições como a islâmica, que socialmente torna-se sempre mais difuso e influente. A legislação nacional ao omitir a questão religiosa torna a sociedade frágil diante dos novos fenômenos da diversidade religiosa e do pluralismo ético.

No cotidiano da escola, os aspectos rituais das tradições religiosas como das comunidades judaicas e islâmicas exigem certas alterações como o respeito a dias e festas próprias de importância, que interferem na relação das famílias com as escolas.

Por outro lado, a Fé, uma decisão própria, firme de cada um, é o acreditar, o sinal de adesão, a confiança que se tem no testemunho do Transcendente. Torna uma ação própria das diversas comunidades com as suas características.

Por exemplo, para os cristãos Ortodoxos, a fé é a certeza da existência e da ação de Deus no mundo, acentuando a idéia de que o homem é a imagem de Deus, devendo este refletir em sua vida esta fé. Na confissão luterana, o termo fé não é apenas o conhecimento da história, mas o efeito deste acreditar na história, onde a confiança na vontade de receber a promessa, alcançar a remissão dos pecados alcança a misericórdia de Deus.

No islamismo, crer é antes de mais nada uma aceitação pura e um ato de confiança naquele que tem que conhecer como sendo a verdade. À medida que são aprofundados nas leis, consegue o fortalecimento do crer. No Corão, a fé constituiu o centro do islamismo e a atitude fundamental do mulçumano, pois todo ser humano possui as predisposições inatas para crer em Deus e obedecer à sua vontade. Em sua essência, a fé é testemunho da verdade e confirmação da unicidade de Deus, por conseguinte é a corroboração do testemunho originário e da obrigação originária do ser humano que se seguiram à revelação e de que todo profeta deve lembrar aos seres humanos esquecidos.

Enquanto no budismo, a fé faz parte da entrada no caminho religioso da conversão, do desprendimento e purificação que coloca a pessoa na trilha do conhecimento, como um soltar-se e uma abertura.

Na realidade brasileira, a construção do novo modelo de Ensino Religioso organizado a partir da Lei 9.475 não nega em momento algum a fé das tradições religiosas, apenas orienta que o aprofundamento dela será realizado nas comunidades, com seus orientadores e métodos próprios. Sendo que a escola assume ação de favorecer o estudo sistemático destas diferentes expressões na busca da educação integral do cidadão, que livremente assume sua opção religiosa.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1996, assinava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com certeza um novo marco na organização da educação brasileira, cujo processo foi longo e com muitas discussões. Esta legislação procurou responder aos desafios apresentados neste final de década, assumindo um perfil que permitisse respeitar a diversidade cultural, a formação do cidadão e atenção ao mundo do trabalho. Coube ao Senador Darcy Ribeiro assumir a relatoria desta proposição e apresentar o processo de tramitação.

A partir destes novos princípios, foram estabelecidas “diretrizes curriculares” para cada um dos componentes curriculares, implicando a denificação de objeto e objetivos. Neste contexto, foram redigidos os “Parâmetros Curriculares Nacionais”.

O Ensino Religioso aprovado como uma das áreas do conhecimento e portanto que deveria estar presente no Ensino Fundamental, também assumiu a estrutura exigida para as demais áreas, e desta forma foi redigido o seu “Parâmetro Curricular”. Este documento foi redigido por uma comissão do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.

Este componente curricular quer contribuir no aspecto do Fenômeno Religioso, a capacidade de ir além da superfície das coisas, acontecimentos, gestos, ritos, normas e formulações, para interpretar toda a realidade em profundidade crescente e atuar na sociedade de modo transformador e libertador.

4. A dinâmica recente da história

Em 1997, a promulgação da revisão do artigo trinta e três da LDB (22 de julho/ Lei 9.745) orienta o perfil do Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão, de tal forma que ficou assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, sem qualquer forma de proselitismo no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries).

Tal orientação explicita a possibilidade das novas gerações compreenderem um dos aspectos que mesmo diante de uma aparente negação é responsável por aspectos relevantes do cotidiano da sociedade brasileira, desde os nomes próprios que carregamos em nossas identidades, até preceitos ou tabus que desafiam as relações interpessoais.

A partir de 2002, as escolas do Estado de São Paulo farão nada mais do que o previsto em uma lei federal. Outros Estados da Federação já cumprem tal normatização há algum tempo. Com certeza, este Estado da Federação ainda não operacionalizou este preceito por problemas de interpretação deste pequeno artigo, pois o Ensino Religioso como componente do currículo ainda é percebido por alguns legisladores como instrumento de manipulação desta ou daquela tradição religiosa, o que evidencia completa ignorância do processo de discussão sobre o Ensino Religioso existente no Brasil.

Tanto legisladores, como religiosos, não perceberam que a proposta de Rui Barbosa em defender um Estado livre da pressão da Igreja, e vice-versa, foi para favorecer o desenvolvimento de ambos, propiciando a coresponsabilidade dos segmentos que formam esta nação. Pois a todos, e a cada um, é permitido acreditar, ou mesmo negar, a relação com algo que nos transcende, ambos se utilizaram destas relações para manipular a população para interesses que nem sempre eram claros.

A pedagogização do Ensino Religioso, buscando superar o uso do mesmo como um interventor de concepções religiosas para a formação de novos adeptos desta ou daquela tradição, é um desafio, mas nada que o diálogo com uma honestidade científica não permita estabelecer. Um sinal

que pretende visibilizar este percurso são os objetivos deste componente que se encontram no Parâmetro Curricular do Ensino Religioso: proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.

Com certeza é desafiador pensar nos profissionais que serão capazes de articular e concretizar tais objetivos, mas lentamente já existem espaços formadores que com seriedade estão viabilizando esta concepção para o Ensino Religioso, explicitando as diferentes matizes religiosas, não para organizar um sincretismo, mas para contribuir na formação de um cidadão que conheça mais que a história de suas comunidades, mas articulação conceitual que entre os pilares esteja a dimensão religiosa do ser humano que simboliza as suas conquistas e buscas por meio de expressões que manifestam a presença de algo que o transcenda.

Mesmo quando alguns desejam fazer acreditar que o nosso adolescente, jovem ou mesmo os adultos neguem estas experiências, acredito, sim, que exista um afastamento ou mesmo recusa das instituições, mas não da busca. Sinais desta questão poderiam indicar aproximação de tantas pessoas das tradições como o budismo, os movimentos carismáticos, mesmo as inúmeras guerras religiosas que o século XX assistiu e que este primeiro ano do novo milênio presencia.

A linguagem do fenômeno religioso é algo que nos perturba, os militares quando na LDB 5.692/71 apoiaram o Ensino Religioso, concebiam e esperavam uma disciplina que faria parte dum projeto, cujo objetivo era manter sob controle nosso povo, assim como, outras categorias sociopolíticas, enfatizando “os bons costumes, a ordem e o progresso social”. Será que estes erros do passado justificam não buscar um novo percurso no presente?

Com certeza, quando não sabemos para onde estamos indo, qualquer estrada nos levará a este lugar, o problema é que a questão do Ensino Religioso desafia algo maior, como a intencionalidade e intensidade do processo pedagógico, que talvez não estejamos sabendo realizar. Será que a questão é de fato se o Ensino Religioso nas escolas públicas deve ser laico ou religioso?

Mas o que estranhamos é que ainda se faça esta pergunta, pois a

Constituição Brasileira e a própria LDB nos recordam a identidade do processo escolar no Brasil, inicialmente o Artigo 1º das Diretrizes afirmam que: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Complementados por meio de seus parágrafos: §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias; §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Tal compreensão é reforçada pelo segundo artigo da LDB: Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Enquanto o Ensino Religioso for compreendido, ou ao menos permitido que as Tradições Religiosas utilizem deste espaço para manter o proselitismo religioso, fazendo da escola uma extensão da instituição religiosa, buscando novos adeptos, ou fazendo da disciplina de Ensino Religioso um cabide de empregos para seus fiéis, mantendo ou reforçando seus salários, esse tipo de atitude evidencia que não é a disciplina de Ensino Religioso a problemática, mas a competência pedagógica dos que orientam o processo de ensino-aprendizagem na instituição.

É importante destacar que nestes tempos de crise de um mundo globalizado, é mister apontar que a maior tarefa a ser realizada é a de resgatar a humanidade do homem, pois a crise está a bestializar a espécie humana. A partir deste quadro percebemos a importância do ensino Religioso como disciplina integrada ao processo educativo e, portanto, uma ferramenta eficaz neste resgate.

5. Componente curricular

O Currículo vem da palavra SCURRERE, ou seja, correr. Refere-se a curso a ser seguido; ao procurar defini-lo defrontamos com a questão da política educacional que orienta a sua organização.

O termo currículo nos diferentes contextos pedagógicos assume vários significados, entre os quais a compreensão de disciplina ou matéria. Ressalto esta por ter sido historicamente a definição adotada pelo Ministério de Educação quando indicava os conteúdos que deveriam constituir o ensino fundamental ou médio. Mas, também, encontramos este termo para nomear programas de conteúdos de cada disciplina, ou ainda, a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que necessitam ser flexíveis, para promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula, pois é o profes-

sor que traduz os princípios elencados em prática didática. Esta última é a concepção adotada nos Parâmetros Curriculos Nacionais. Eles contêm as áreas de conhecimento, que constituem importantes marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade, de forma autônoma. O que significa que as diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constitui uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das capacidades expressas nos objetivos gerais.

A opção do termo “área” nos Parâmetros Curriculares ocorreu em função de que, no ensino fundamental, um tratamento disciplinar, entendido como preponderantemente lógico e formal, distanciava-se das possibilidades de aprendizagem da maioria dos alunos, assim como, partia-se de abordagens mais amplas em direção às mais específicas e particulares. Optou-se por um tratamento interativo dos conteúdos, integrando conhecimentos de diferentes disciplinas, contribuindo para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que se encontram os alunos.

Para podermos compreender de fato a concepção educacional brasileira, é importante, portanto, perceber os indivíduos como construtores de seus conhecimentos em interação com a realidade, assim como, com os demais indivíduos e colocando em uso suas capacidades pessoais. O que uma pessoa pode aprender em determinado momento depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e das situações de aprendizagem vivenciadas. É, portanto, determinante o papel da interação que o indivíduo mantém com o meio social e, particularmente, com a escola.

O processo de construção de conhecimento desenvolve-se no convívio humano, na interação entre o indivíduo e a cultura na qual vive, na e com a qual se forma e para a qual se forma. Por isso, fala-se em aquisição de competências, na medida em que o indivíduo se apropria de elementos com significação na cultura. A aquisição das competências é requerimento à própria construção de conhecimentos, o que implica, primeiramente, superar a falsa dicotomia que poderia opor conhecimentos e competências. Não há real construção de conhecimentos sem que resulte do mesmo movimento, a construção de competências.

Portanto, o contexto atual traz a necessidade de promover a educação escolar, não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas numa perspectiva de continuidade articulada entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, dando concretude ao que a legislação denomina educação básica e que possibilite um conjunto de aprendizagens e desenvolvimento de capacidades que todo cidadão – criança, jovem ou adulto – tem direito de desenvolver ao longo da vida, com a mediação e ajuda da escola².

Esta IDENTIDADE PEDAGÓGICA estabelecida parte de alguns pressupostos a partir dos quais foram organizados a estruturação curricular, que seriam as seguintes:

- Inicialmente o campo de conhecimento é, antes de tudo, uma comunidade de especialistas e professores que compartilham uma parcela do saber ou um determinado discurso intelectual, com a preocupação de realizar contribuições para o mesmo. Não estamos frente a uma visão acabada ou frente à crença de estar distante de algo dado e monolítico, mas, pelo contrário, frente a uma comunidade que tem dimensões internas e onde seus membros realizam tarefas que diferem entre si.

- Área de conhecimento é também a expressão de uma certa capacidade de criação humana, dentro de um determinado território especializado ou em facetas fronteiriças entre vários deles, cuja dinâmica se mantém seguindo certos princípios metodológicos, mas que também se alimenta de impulsos imaginativos, súbitos e oportunos.

- Disciplina ou campo especializado de conhecimento é um domínio, um território, mais ou menos delimitado, com fronteiras permeáveis, com uma certa visão especializada e, em muitos casos, egocêntrica sobre a realidade, com um determinado prestígio entre outros domínios, com conflitos internos e interterritoriais, também, com uma determinada capacidade de desenvolvimento num determinado momento histórico, etc. O papel de cada um deles é variável na história e suas funções diversas (COLL, 1998).

O que significa dizer que os campos do saber implicam linguagens e sistemas de símbolos especializados, criando significações próprias. O desafio no processo de aprendizagem é a aproximação destes significados, pois a não compreensão de toda a tradição responsável por sua elaboração interfere na aquisição das mesmas.

Neste conjunto, resalto que o currículo não é apenas um mero conceito, mas uma construção cultural, envolvendo o processo da própria existência humana, conseqüentemente interferindo na organização das práticas educativas, pois se trata de uma seleção histórico-social.

As diferentes formas pelas quais a sociedade classifica, distribui, transmite e avalia o conhecimento educativo considerado público refletem a distribuição do poder e dos princípios do controle social. As facetas da cultura que devem estar presentes no currículo demonstram a compreensão e explicação da realidade, expressa a formas de estética que refletem a sensibilidade aos valores organizados e visões do sentido da vida.

Ao pensarmos em estabelecer o significado de COMPONENTE CURRICULAR estes pressupostos com certeza tornam-se variáveis fundantes, pois pedagogicamente compreendo que tão importante quanto o que se ensina e o que se aprende, é como se ensina e como se aprende.

O primeiro volume dos PCN's do Ensino Fundamental ressaltam esta

questão ao afirmar que a importância dada aos conteúdos revela um compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como, possibilitar aos alunos usufruir as manifestações culturais nacionais e universais (PCN – Vol. 01, 33).

Portanto, a atual identidade de COMPONENTE CURRICULAR vincula-se à compreensão das profundas transformações nos modos de conhecer relacionada igualmente à transformação do modo de organizar a sociedade, onde a cultura torna-se elemento diferencial na intensificação da interdependência transnacional e das interações globais.

Diante do desabrochar de novas identidades locais, alicerçados na revalorização do direito às raízes, este localismo simultaneamente novo e antigo, outrora considerado pré-moderno e hoje mais do que nunca re-significado como pós-moderno, indicam caminhos para a educação.

6. Identidade pedagógica do Ensino Religioso e da pastoral escolar

Acredito, portanto, que ainda não exista uma IDENTIDADE PEDAGÓGICA para o Ensino Religioso, mas sim um processo de discuti-lo dentro do contexto da educação no qual ele é considerado um COMPONENTE CURRICULAR, sobretudo, a partir da revisão do artigo 33 da atual LDB.

Lentamente em diferentes regiões brasileiras estão sendo organizados grupos de estudo e pesquisa para aprofundar o Ensino Religioso. Progressivamente, é possível vislumbrar o surgimento de uma comunidade de especialistas que estudam este objeto, não mais como uma questão para adesão a religiões, mas como um elemento da educação. A bibliografia, seminários, cursos, fóruns, surgem com a preocupação e a formatação de se constituir em produções científicas. É claro que ainda persistem os que realizam o mesmo trabalho em dimensões igrejeiras, mas o tempo indicará a possibilidade de uma nova área do conhecimento no campo da educação – ENSINO RELIGIOSO.

A IDENTIDADE PEDAGÓGICA DO ENSINO RELIGIOSO está dentro da problemática da compreensão da educação e do modelo de ciência que prevalece historicamente entre as teorias de aprendizagem e as práticas pedagógicas desenvolvidas. Na prática do professor, encontram-se subjacente no modelo de educação e no de escola. Simultaneamente influenciado pelo paradigma da ciência, traduzido tanto no discurso como prática do cotidiano da sala de aula.

Muitas vezes, este referencial produz um confronto com o objetivo estabelecido pelo país para o Ensino Fundamental pretendido para a formação básica do cidadão, que deveria favorecer o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escritura e do cálculo; assim como, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Neste cenário é que somos desafiados a estabelecer a IDENTIDADE PEDAGÓGICA deste componente curricular, em consonância com o artigo dois da LDB: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ao ser estruturado o atual modelo para o Ensino Religioso, procurou-se viabilizar as cinco características de um COMPONENTE CURRICULAR: 01. Dominar linguagens; 02. Compreender os fenômenos; 03. Enfrentar situações; 04. Construir argumentações; 05. Elaborar propostas.

É preciso promover um Ensino Religioso que acentue as informações no campo Sociológico–Fenomenológico, Tradições & Cultura, Teologias, Textos orais e escritos sagrados, Ethos, Ritos, onde o professor seja um professor e não um agente religioso e ao aluno sejam tratadas questões do conhecimento. Esta concepção está explicitada por meio dos objetivos propostos em seu Parâmetro Curricular:

- Valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita:
- propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;
- subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada;

- analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
- refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;

possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.

Todo este processo pressupõe o ser humano como um elemento de relações: que COMUNICA CONSTRÓI – RECONSTRÓI CONVIVE; e a escola é convocada a contribuir para APRENDER FAZER VIVER CONVIVER.

Neste contexto é que retomamos explicitamente a questão da PASTORAL ESCOLAR, como limitado ao conjunto orgânico de estruturas formais educacionais necessárias para levar à prática um projeto educativo integral envolvendo a comunidade escolar. Esta se orienta como as demais pastorais pelas quatro exigências de uma evangelização:

A. Serviço – em vista da participação e transformação da sociedade, assegurando um PROJETO PEDAGÓGICO que assuma os valores propostos a partir do EVANGELHO;

A Escola é, por definição, um dos lugares de iniciação cultural e, em certos países há muitos séculos, um dos lugares privilegiados de transmissão de uma cultura forjada pelo cristianismo [...]. Portanto, é urgente reavaliar a relação entre cultura religiosa e catequese, e traduzir de maneira nova a articulação entre a necessidade de apresentar aos alunos uma informação religiosa exata e objetiva, por vezes ausente, e a importância capital do testemunho de fé. É também indispensável à complementaridade entre a escola e a paróquia, e é também necessário escolher os professores aptos a fazer destes estabelecimentos escolas de crescimento espiritual e cultural³ [...].

B. Diálogo – considerando o espaço privilegiado e próprio como é a escola para realizar um autêntico encontro com a cultura, pluralidade de idéias e pessoas em vista de uma nova história de participação e construção das gerações;

[...] O retorno ou despertar da religião no Ocidente exige, seguramente, um sério discernimento. Embora se trate mais freqüentemente de um retorno do sentimento religioso que de uma adesão pessoal a Deus, em comunhão de fé com a Igreja, ninguém poderia, no entanto negar que homens e mulheres, em número crescente, voltam a estar atentos a uma dimensão da existência humana que eles caracterizam, conforme o caso, como espiritual, religiosa ou sacra. O fenômeno, que se verifica, sobretudo entre os jovens e os pobres o que constitui uma razão suplementar para prestar-lhe atenção,

leva-os seja a se voltar para um Cristianismo que os tinha desiludido um pouco, seja a se dirigir para outras religiões, seja mesmo a ceder à solicitação sectária ou ainda às ilusões do ocultismo⁴ [...].

C. Testemunho - será conseqüência e simultaneamente provocador da comunhão proposta em um PROJETO que valorize o encontro, o diálogo e a partilha das pessoas a partir das inúmeras possibilidades do espaço escolar;

[...] Em todo caso uma exigência permanece: associar a preocupação com uma séria formação escolar àquela com uma profunda formação humana e cristã. Caso contrário, a multidão de jovens que freqüentam o conjunto das instituições de educação dos diversos países, poderão freqüentemente, malgrado a boa vontade e a competência dos mestres, ser plenamente escolarizados, mas parcialmente desculturados⁵ [...].

D. Anúncio – ocorre por meio de símbolos, do agir das pessoas que explicitam valores, assim como, a organização de grupos e atividades propostas na comunidade educativa.

[...] O desafio de anunciar o Evangelho às crianças e aos jovens, da escola à universidade, exige também um projeto educativo apropriado. A educação no seio da família, na escola ou na universidade não só constrói uma relação profunda entre educador e educando, mas fá-los ambos participar na verdade e no amor, meta final à qual cada homem é chamado por Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Ela prepara para viver relações fundadas sobre o respeito dos direitos e dos deveres. Ela prepara para viver em um espírito de acolhimento e de solidariedade, para exercer um uso moderado da propriedade e dos bens, a fim de garantir justas condições de existência para todos e em toda a parte. O futuro da humanidade passa pelo desenvolvimento integral e solidário de cada pessoa: todo homem e o homem todo. Assim, família, escola e universidade são chamadas, cada uma na sua ordem, a inserir o fermento evangélico nas culturas do Terceiro Milênio⁶.

A PASTORAL ESCOLAR ocorrerá de forma diferenciada conforme a orientação da instituição, no caso das confessionais, a realização desta está intimamente ligada à missão das mesmas. Para tal, é importante a articulação entre o processo pedagógico da escola e as concepções que a sustentam, como as visões de mundo, homem e da própria educação.

Considera-se que a Escola é um lugar de passagem, onde as famílias confiam e deveriam participar no processo de formação das crianças e adolescentes. Os alunos não são para a instituição, mas para a vida, que é maior que este espaço. Durante um período, estas pessoas irão conviver, mas com certeza suas histórias terão novas páginas a partir deste período.

O que significa a construção de homens e mulheres que alcancem a autonomia, o respeito às individualidades, a solidariedade, a abertura à pluralidade cultural-religiosa; o trabalho em equipe e a integração com a sociedade em movimento. A escola é parte de uma sementeira, não é a única e talvez nem a mais importante, é um momento e um espaço.

7. Considerações finais

O exercício de elaborar a IDENTIDADE PEDAGÓGICA DO ENSINO RELIGIOSO e a PASTORAL ESCOLAR no contexto brasileiro está sendo estabelecido por meio da pedagogização deles, ou seja, a partir da reflexão e operacionalização do estudo e da elaboração de uma proposta de educação, hoje fundamentada dentro dos quatro pilares propostos do relatório da UNESCO:

- aprender a conhecer, que pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida;

- aprender a fazer, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional;

- aprender a viver com os outros, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz;

- aprender a ser, para melhor desenvolver sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

Assim como da incursão na atual LDB e dos Parâmetros Curriculares, o processo ainda está distante de uma conclusão, mas com certeza muito já foi realizado, permitindo o estabelecimento de aspectos que venham a favorecer a formação de pessoal específico, o que com certeza ocorrerá por meio de Instituições do Ensino Superior.

Notas

- 1 *SUFÍ*: Movimento místico que data do século VIII e que se desenvolveu sobretudo na Pérsia. A palavra *Suf* designa o capote de lã grossa, usado pelos pobres e ascetas, e adotado pelos primitivos representantes desta doutrina. O *sufi* mata a idéia islâmica da unidade divina, mas percebe que Deus engloba tudo, penetra tudo, e descobre Deus no fundo de si próprio.

2 CNE. Diretrizes para Formação de Professores. Brasília, 2001/ abril, 8.

3 Conselho Pontifício da Cultura (1999). Para Uma Pastoral Da Cultura. São Paulo: Paulinas, N. 30.

4 Conselho Pontifício da Cultura (1999). Para Uma Pastoral Da Cultura. São Paulo: Paulinas, N. 26.

5 Conselho Pontifício da Cultura (1999). Para Uma Pastoral Da Cultura. São Paulo: Paulinas, N. 29.

6 Conselho Pontifício da Cultura (1999). Para Uma Pastoral Da Cultura. São Paulo: Paulinas, N. 16.

Referências Bibliográficas

ARANHA, M. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BRAIDO, P. **Lineamenti dis Storia della Catechesi e dei Catechismi (Dal “tempo delle riforme” all’età degli imperialismi (1450-1870)**. Leumann (To): Elle di Cl., 1991.

CAMBI, F. **Storia della pedagogia**. Bari: Laterza, 1995.

COLL, C.; POZO, J.; SARABIA, B.; VALLS, E. **Os conteúdos na reforma. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COLL, C. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática, 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **O ensino religioso (Estudos n. 49)**. São Paulo: Paulinas, 1987.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. São Paulo: Ave Maria, 1998.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Ensino Religioso, referencial curricular para a proposta pedagógica da escola**. Curitiba: FONAPER, 2000.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetro Curricular do Ensino Religioso**. São Paulo. Ave Maria. 1998.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LARROYO, F. **História geral da pedagogia** - Vol. II. São Paulo: Mestre Jou. 1974.

MANCORDA, M. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARIA, J. **Novos paradigmas pedagógicos para uma filosofia da educação**. São Paulo: Paulus, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTOS. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Introdução. Brasília, MEC. 1997.

MONROE, P. **História da educação**. São Paulo: Nacional, 1987.

MORAES, M. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997.

PAJER, F. **Laicità, educazione morale, cultura religiosa in Francia**. In: “Pedagogia e Vita” 2(1999).

PRELLEZO, J. **Educazione e pedagogia nei solchi della storia**(Vol. II). Torino: SEI, 1995.

ROQUE, P. **Ensino Religioso uma grande mudança**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

SACRISTÁN, J. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez. 2000, 7.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática. Problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas: Autores Associados, 1994.

VASCONCELLOS, C. **Construção do conhecimento**. São Paulo: Libertad, 1993.

VVAA. **Os cristãos do tempo das perseguições defendidos pelos Apologistas**. Mimeo.

WACHOWICZ, L. **O método dialético na didática**. Campinas: Papirus, 1991.

Recebido em: 18/02/02

Aprovado em: 20/05/02